

O plano e o oblíquo: ocupações de terras e movimentos de moradores em Belo Horizonte nos anos 1960: reflexão sobre duas escritas distintas do espaço urbano

Philippe Urvoy*

Resumo

A cidade de Belo Horizonte, desde sua fundação, foi palco de um embate contínuo entre o poder público e os movimentos de moradores em prol do direito à cidade. Nesta perspectiva, a história da cidade ilustra a ideia de Michel De Certeau segundo a qual conviveriam dentro da metrópole duas cidades distintas: uma “planejada”, produzida pelos técnicos e urbanistas e uma outra “metafórica” que seria o fruto das “práticas” dos usuários. Entendemos que estas duas dimensões do urbano produzem narrativas distintas sobre o espaço: uma *plana* e a outra *oblíqua*. O presente trabalho pretende confrontar estes dois discursos, acerca de um mesmo exemplo: uma série de ocupações de terras ocorridas em Belo Horizonte nos anos 1960. Resgatar e decifrar esta memória *oblíqua* do urbano nos parece essencial para uma leitura mais profunda da história dos conflitos que modelaram as metrópoles nas quais vivemos hoje.

Palavras chaves: movimentos sociais; direitos à cidade; história urbana; memória.

The plane and the oblique: squatted lands and neighborhood movements in Belo Horizonte in the early 1960's: thinking about two distinct writings about the urban space

Abstract

The city of Belo Horizonte have been, since its foundation, the scene of a continuous conflict between the municipal power and neighborhood movements mobilized for the right to the city. In this way, the city's history illustrates the idea of Michel De Certeau who considers that two kinds of city are co-existing in the contemporary urban space: one “planned”, produced by the engineers and urbanists, and another one “metaphoric”, made by the inhabitants's everyday “practices”. In our outlook, these two dimensions of urban space produce distinct discourses: one *plane* and one *oblique*. This paper intends to confront these two discourses, around one same example: a series of lands occupations made by homeless movements in Belo Horizonte in the early 1960's. Investigating this *oblique* memory seems to be essential for a deeper understanding of the conflicts that has shaped the cities where we are now living.

Keywords: social movements; right to the city; urban history; memory.

Recebido em outubro de 2015.
Aprovado em dezembro de 2015.

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação de História da UFMG. Bolsista da CAPES / PROEX
ph.urvoy@gmail.com

Introdução

Segundo Lucia Lippi de Oliveira, ao longo da história do ocidente, as cidades passaram a ser representadas como “campo de racionalidade e do planejamento” e ao mesmo tempo como local de “fragmentação e de aviltamento do indivíduo” (OLIVEIRA, 2002:10). Apesar da inegável fragmentação do indivíduo na cidade contemporânea, Michel De Certeau observa a postura deste não como passiva mas como produtora de uma série de “práticas” e “operações” que compõem uma outra espacialidade do urbano. De certa forma, De Certeau opõe à visão da cidade totalizadora, “panóptica e teórica” dos planejadores uma outra perspectiva, uma “cidade *transumante*, ou metafórica” produzida pelas práticas cotidianas dos seus moradores (DE CERTEAU, 1990:142).

Para qualificar essas duas formas de ver o espaço urbano, que produzem dois discursos distintos sobre a cidade, falaremos aqui de uma perspectiva *plana* – qual seja o discurso oficial sobre a cidade, e de uma perspectiva *oblíqua*, ocultada e esquecida – se inspirando aqui na expressão usada pela filósofa francesa Anne Cauquelin (CAUQUELIN, 1999:1). Segundo ela, o estudo do discurso *oblíquo* sobre a cidade seria a chave para acessar a verdadeira *memória urbana* que permitiria entender a temporalidade da cidade na sua dimensão profunda (CAUQUELIN, 1982:20).

Nesta perspectiva, uma reflexão sobre essas duas narrativas distintas nos parece fundamental não somente para o historiador ou o cientista social mas para qualquer pesquisador que busca apreender uma história social e cultural do espaço urbano assim como as memórias e representações que esta envolve.

Apesar da elegância da metáfora evocada pela Anne Cauquelin, a ideia de tomar a *memória* como objeto já se torna uma questão em si para o pesquisador da história urbana. Será que existem locais – ou seja, possíveis fontes – que guardariam rastros desta *memória oblíqua* do urbano, e assim poderiam servir ao trabalho do historiador? Ou será que esta, em sua dimensão volátil, abstrata e simbólica, seria destinada a escapar ao campo de reflexão historiográfico, da mesma forma que a cidade “metafórica” evocada por De Certeau sempre escapa ao campo de visão dos planejadores?

O presente trabalho toma como exemplo a história da cidade de Belo Horizonte, que se revela justamente um estudo de caso interessante neste aspecto. Cidade planejada, produzida de antemão por um discurso racional e pragmático, Belo Horizonte foi também o palco, desde suas primeiras décadas de existência, de movimentos de moradores tendo como pauta o direito à cidade. Estas práticas, entre outras, ilustram um papel importante

desempenhado por outros discursos, não profissionais, na história e na formação da cidade. No presente trabalho, faremos um estudo de caso visando confrontar esses dois níveis de percepção distintos, o *plano* e o *oblíquo*, sobre um mesmo episódio da história de Belo Horizonte: uma série de ocupações de terras urbanas ocorridas no princípio dos anos 1960 que foram a origem da criação de algumas Vilas, dentre as quais destacamos aqui a Vila 31 de Março, situada no atual bairro Dom Cabral, na região Noroeste da cidade.

Cabe ressaltar aqui que não se trata de forma alguma postular uma dicotomia absoluta dos discursos sobre a cidade, como se existissem duas super-estruturas discursivas sobre o urbano, totalmente coesas e homogêneas – uma vinda “de cima” e outra “de baixo”. Entendemos a ideia de uma distinção entre uma perspectiva *plana* e *oblíqua* sobre o espaço urbano como uma ferramenta para poder pensar duas escalas distintas de narrativas, e assim perceber que atrás de um discurso totalizador e profissional sobre a metrópole – onipresente nas fontes que se apresentam àquele que pesquisa a história urbana – existem outras memórias e outras narrativas, ainda a serem exploradas. Se ambos discursos participam, cada um à sua maneira, da construção da cidade é nítido que através da “luta de representação” (CHARTIER, 1990:17) decorrente dos conflitos sociais urbanos, o primeiro se impôs historicamente como “discurso de verdade” (FOUCAULT, 1971:21) sobre um objeto em perpétua disputa : a cidade.

A história de Belo Horizonte e os movimentos de moradores

Belo Horizonte foi fundada em 1897 para se tornar a nova capital mineira que seria transferida de Ouro Preto para o novo local. Para a elite mineira, a antiga capital se caracterizava como um centro político e administrativo associado ao império enquanto que a recém proclamação da República devia concretizar-se na nova capital que seria planejada para encarnar uma ruptura no tempo. Desta forma, o plano da nova capital, concebido pelo engenheiro Aarão Reis, devia traduzir um ideal urbano positivista e moderno, inspiradas na teorias urbanísticas em voga aplicadas em grandes cidades da Europa e da América do Norte (GUIMARÃES, 1990:43). Segundo um decreto sobre o levantamento da planta geral da Nova Capital, editado em 1895 : “A sua área será dividida em seções, quarteirões, lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene”¹.

Na planta original de Aarão Reis, não foi previsto espaço para o alojamento de operários e trabalhadores. Como lembrado por Daniela Passos (PASSOS, 2009:49) “com a

prevalência do regime de trabalho escravo no país e a existência de senzalas como modelo de moradia desses trabalhadores” ainda não havia muita preocupação com a questão. No entanto, com a chegada massiva de imigrantes europeus, a questão da moradia operária passaria a ser alvo de políticas municipais a partir do início do século XX, no caso de Belo Horizonte, através da criação das primeiras Vilas operárias da cidade e das colônias agrícolas.

No entanto, no período de construção da cidade, os operários e suas famílias passaram a ocupar informalmente terrenos situados próximo à área central, tais como o Córrego do Leitão (atual Barro Preto) e o Alta da Estação (atual Santa Tereza). Essa situação resultou em uma grande disparidade entre a parte da cidade planejada, reservada às populações favorecidas e as áreas ocupadas informalmente. Essas disparidades levarão, já na primeira década da história da capital, ao surgimento de associações de bairros ou movimentos de moradores, nas regiões mais pobres, para reivindicar melhorias urbanas (GUIMARÃES, 1990:95). Diante desta situação, o poder municipal cria uma série de medidas para remover as populações mais pobres em Vilas Operárias distantes da área urbana valorizada, ao mesmo tempo em que as tentativas de organizações operárias reivindicatórias são reprimidas (PASSOS, 2009:51).

Este é primeiro capítulo de um embate constante, nas décadas seguintes, dentro do qual o poder municipal tenta por todos os meios afastar as populações mais pobres da área urbana central e valorizada enquanto que estas vão se organizar para ali continuar ou para exigir melhorias nos seus bairros.

Nos parece que a história da cidade de Belo Horizonte oferece um testemunho interessante da concepção de Michel De Certeau segundo a qual conviveria no espaço urbano dois tipos de cidade. Por um lado uma “a cidade planejada, e legível”, “espaço geométrico” pensado por profissionais e construída segundo “visões teóricas” (DE CERTEAU, 1990:142). Essa cidade se caracterizaria por uma dupla prática de “especulação” e “classificação”, que conjugaria “gestão e eliminação” - “gestão e redistribuição das funções” e, ao mesmo tempo: “exclusão dos indesejáveis”. Por outro lado, existiria uma cidade *não-planejada*, fruto das “operações” e “práticas microbianas, singulares ou plurais” dos seus moradores (DE CERTEAU, 1990:144). Berenice Guimarães, entre outros autores, já identifica essa dicotomia urbana de Belo Horizonte, diferenciando a cidade “oficial” de uma outra, “real” (GUIMARÃES, 1991:3). Se inspirando na expressão usada pela filósofa Anne Cauquelin, optamos aqui distinguir dois tipos de discursos sobre o urbano, ambos frutos das duas escalas

distintas da cidade evocada por De Certeau e pela própria história de Belo Horizonte : o discurso *plano* e o discurso *oblíquo*.

Se o embate social e político entre estas duas dimensões urbanas caracteriza as primeiras décadas da história de Belo Horizonte, a mobilização nos bairros se manifesta, na maior parte do tempo, informalmente até o meio do século XX. É nos anos 1950, momento em que o desenvolvimento industrial está transformando o rosto da cidade, que as lutas ligadas à moradia vão começar a se organizar politicamente de forma mais ampla. Diante das ameaças de despejo, consequência de políticas municipais que visam refrear a expansão do urbanismo informal, surgem nas favelas as primeiras Unidades de Defesa Coletiva (UDC) reunindo grupos de moradores que se organizam para impedir os despejos. Em 1959, as diversas UDC's se federam através da Federação dos Trabalhadores Favelados (OLIVEIRA, 2010:15). Em 1961, a Federação organiza o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, onde é reforçada a ideia de que cabe ao próprio povo realizar a Reforma Urbana, ou seja, a redistribuição, de forma igualitária, dos “latifúndios urbanos”, terras concentradas na mão de poucas famílias poderosas (OLIVEIRA, 2010:150). Esta mobilização terá fim no Golpe de 1964, que inaugura um momento de forte repressão aos movimentos de favelas e de bairros.

É neste contexto que, entre julho de 1963 e abril de 1964, uma série de ocupações de terras são realizadas, principalmente na região Noroeste de Belo Horizonte, em terrenos que eram conhecidos por serem propriedade do deputado Antônio Luciano. Este plantava as áreas com eucaliptos, não somente para evitar as “invasões” mas também para evitar o pagamento de impostos municipais (OLIVEIRA, 2014:293).

Escolhemos aqui estudar este episódio através de dois tipos de fontes específicas, para ilustrar a dicotomia evocada entre o que chamamos aqui de narrativas *planas* e *oblíquas* sobre a cidade. Por um lado, os relatos de investigação realizados pelos agentes do DOPS, entre os anos de 1963 e 1964 sobre os fatos – como exemplo de uma narrativa *plana* – e por outro lado, o relato de uma moradora que participou da ocupação de um dos terrenos e da fundação consequente da Vila 31 de Março no local – ilustração de um tipo de memória *óbliqua* sobre a cidade.

A articulação entre as fontes escritas e orais, cruzadas e confrontadas pelo historiador, se aproxima à “história impregnada pela antropologia”, mencionada por Carlo Ginzburg e considerada por ele como indispensável. Esta perspectiva pode nos permitir de apreender a riqueza do que o autor chama de “o contraste entre a complexidade das relações sociais

reconstituídas pelo método antropológico e a unilateralidade dos depósitos de arquivos do historiador” (GINZBURG, 1989:173). No entanto, a própria fonte escrita possui, de forma intrínseca, narrativas complexas, ecos da mentalidade que a produziu e das idéias que lhe deram origem. Uma análise sensível das fontes citadas deve nos permitir perceber, utilizando o conceito de Chartier, “as lutas de representações” (CHARTIER, 1990:17) que permeiam os diferentes discursos dos atores envolvidos nos conflitos sociais urbanos.

O discurso *plano* : cartografar, planejar, controlar.

No dia 04 de maio de 1964, início do segundo mês após o Golpe Militar, o Delegado de Segurança Pública Raimundo Tomaz, emitiu em Belo Horizonte uma portaria que começa nesses termos:

Elementos conhecidos nos núcleos favelados nesta capital vêm, já de algum tempo, organizando invasões de terrenos criando novas favelas com propósitos ainda não de todo esclarecidos, porquanto, segundo suspeita, êste movimento se integrava no plano de subversão da ordem e comunização do país.²

Em seguida, a portaria aponta a necessidade de realizar investigações para apurar a responsabilidade dos indivíduos que lideravam tais ações e colher depoimentos dos “proprietários [dos terreno] ou representantes destes”³. Segue uma compilação de relatórios realizados a partir de depoimentos tanto com os, já citados, proprietários e seus funcionários, como com indivíduos que são apontados pelos agentes do DOPS como lideranças do chamado movimento “subversivo”.

Esse modo de construção do saber desenvolvido pelos agentes do DOPS nos parece traçar as grandes linhas do que chamamos de discurso *plano* sobre o urbano. Tal como o discurso da planificação urbana, a estratégia de investigação desenvolvida aqui pelos agentes se aparenta ao que De Certeau chama de “ administração panóptica “ (DE CERTEAU, 1990:146). Este ideal, utopia de um espaço que seria inteiramente legível e visível a partir de um mesmo local, se aparenta ao desejo de poder “ver o conjunto”, “superar”, “totalizar” qualquer texto humano (CERTEAU, 1990:140). Neste sentido, o discurso policial se aproxima da prática cartográfica moderna sendo uma “ forma de organização do conhecimento sobre o espaço [...] uma forma de articular saberes e poderes, isto é, uma configuração imaginária construída a partir de uma perspectiva que privilegia determinados elementos [...] em detrimentos de outros ” (SILVA, 2008:2). Essas duas formas de discurso se aproximam portanto do ideal panóptico que, segundo o trabalho de Michel Foucault, não “é

da ordem da realidade mas da ordem do discurso, que organizaria, daria sentido a um real múltiplo e contraditório” (GIARD, 2012:180). Mas a cartografia, assim como o discurso policial, enquanto discursos *planos*, “achata qualquer coisa dentro de uma superfície plana em duas dimensões” (FARINELLI,1992:7 apud. MAGNAGHI, 2014:12), aplanando o território e seus atores para encaixá-los em suas grades de leitura e interpretação, e desta mesma forma apagam-os.

Ademais, é interessante observar que, segundo a portaria emitida pelo agente Raimundo Tomaz, busca-se recolher, em prioridade, depoimentos dos “proprietários dos terrenos e de seus representantes”. Esta fato ilustra justamente outra característica do *discurso plano* sobre a cidade, que se constitui como uma rede de saberes-poderes, articulados entre eles. Esta rede de discursos obviamente não é homogênea, mas se organiza segundo distintas posições de autoridade e legitimidade. A investigação realizada neste caso pelos agentes do DOPS ilustra uma rede de “vigilância hierárquica”, segundo a expressão de Foucault (FOUCAULT, 1975:179). Porém, nos parece que o discurso *plano* sobre o urbano vai além pois visa permitir não somente controle, vigilância e legibilidade, mas define também os passos futuros de gestão do espaço, ou seja, as grandes linhas do planejamento urbanístico, ilustrando o que De Certeau chama de “modo coletivo de gestão da cidade” (DE CERTEAU, 1990:146).

A constituição em redes desses *saberes-poderes* explicam em parte as dificuldades que se apresentam ao historiador do urbano, já que a grande maioria dos discursos produzidos e escritos sobre a cidade – e portanto disponíveis como fontes – se inserem dentro dessa rede e se constituem numa estreita relação. Além disso, eles revelam uma certa coerência entre si se sondados superficialmente, já que as diversas fontes parecem legitimar umas às outras, seja a imprensa, os planos urbanísticos, o discurso policial etc. Isto, inevitavelmente, tem influenciado e pesado sobre o trabalho historiográfico relativo ao espaço urbano, como apontado por Berenice Guimarães em seu trabalho sobre a cidade de Belo Horizonte (GUIMARÃES, 1990:4), o que torna ainda mais urgente e importante a reflexão e a busca acerca destas outras vozes que seriam as narrativas *oblíquas* sobre a cidade.

Em diferentes níveis, esses discursos distintos produzidos sobre o urbano acabam marginalizando as outras vozes e escritas que circulam e se praticam na cidade. No caso aqui estudado, o discurso dos agentes do DOPS invisibiliza a voz dos ocupantes dos terrenos. Ocultando essa vozes, é a própria condição desses indivíduos enquanto sujeitos políticos e históricos que é silenciada, ou mesmo aniquilada. De fato, a descrição feita pelo discurso

policial dos ocupantes se resume a uma breve descrição de chamados : “desocupados” que, não contentes com a “invasão” e a “pilhagem” do terreno, “erigiram barracos toscos para ali residir”⁴. Esses “invasores” aparecem geralmente como marginais manipulados por “agitadores” e “comunistas”.

Negando a dimensão política que existe no fato de ocupar coletivamente uma terra, de ali se organizar para viver ou ainda de se recusar a pagar um aluguel, a ação política desenvolvida pelos atores se torna, dentro deste discurso, apenas compulsiva, inconsciente e *espasmódica*, para reutilizar a expressão usada por E. P. Thompson (THOMPSON, 1998:150).

As grandes linhas desse discurso não são muito distantes das narrativas mais comumente veiculadas, até os dias de hoje, sobre as ocupações urbanas – seja na imprensa ou em grande parte da opinião pública. Este fato aponta a forma como a rede de saberes constituída pelos discursos dominantes evocados impõe e difunde, com o tempo, uma certa leitura sobre o espaço urbano e sua construção. O geógrafo Andreilino Campos identifica em seu trabalho a premência de preconceitos e ideias estabelecidas como normas que fizeram com que, durante muito tempo, fosse negado o papel das populações pobres e de periferia enquanto atores históricos de expansão da cidade, tanto no discurso dominante quanto nos estudos acadêmicos (CAMPOS, 2007:68).

O discurso *oblíquo* : um mapeamento afetivo do urbano

Mais de 50 anos depois, Dona Neusa se relembra de como ela chegou a participar da invasão que deu origem à Vila :

[Um dia meu irmão me] falou: “o pessoal lá tá invadindo o Eucalipto”. Agente nem sabia o que era invadir. “Invasão, Favela?”. Oh meu deus. [...] Eu perguntei: “Mas como que eu vou?” Ele falou: “Agente dá um jeito e vai. [...] Vão! Vamos porquê, vai dar certo”... Meu marido tinha medo, eu que enfrentei, tudo. [...] Vim com a mochila e dois meninos,. O mais velho e o quinto, que era mais novinho. Eu já tinha cinco. O resto eu deixei para trás lá. E meu marido ficou lá. E eu vim, como dizem, com a cara e a coragem.⁵

Se a fonte oral nos parece um dos caminhos – mas não o único – para acessar a memória do espaço urbano, é justamente porque o depoimento oral não é uma fonte direta sobre um evento passado mas uma reinterpretação de fatos passados, impregnada inevitavelmente da subjetividade e da vivência da pessoa entrevistada. Por isto, como mencionado por Robert Frank (FRANK, 1990), através do uso da fonte oral, a memória se

torna uma matéria-prima para o trabalho do historiador. Mesmo se realizamos diferentes entrevistas com diversas moradoras da Vila, escolhemos neste trabalho trabalhar principalmente a partir da memória da Dona Neusa, que, em suas palavras, é a única moradora ainda presente a ter participado desde o início da invasão do terreno.

No âmbito de nossa pesquisa, o fato da memória da moradora entrevistada estar – obviamente – impregnada de lembranças íntimas e afetivas nós permite entender uma dimensão profunda de sua relação com os espaços urbanos vividos. Enquanto que o discurso policial faz uma descrição do espaço geográfico urbano que se reduz a um mínimo de elementos visíveis e aparentes, o discurso da Dona Neusa nós permite enxergar um espaço urbano impregnado pela sua dimensão afetiva, pela sensibilidade e pelas experiências do vivido, o que poderíamos chamar de “paisagens sensíveis” (CORBIN, 1994, apud LANGUE, 2006:20).

Recém chegada do interior, na região de Curvelo, Dona Neusa conta as dificuldades dos primeiros anos: “Eu sou de Curvelo, tinha uns dois anos que eu estava aqui. Não sabia nem ir na cidade. Era só sofrer, e chorar. Só o que eu sabia fazer”. Ela e o marido viviam com os filhos dentro de uma pequena casa destinada aos trabalhadores de uma olaria onde o marido trabalhava, no antigo bairro Dom Bosco. “Era chão, terra bruta, e só os tijolos empilhados, era uma tristeza”. Mudaram-se depois para uma outra casa, em outra olaria, no bairro Glória “pior ainda do que aquela, e longe”. Segundo a Dona Neusa, ela sofria principalmente por estar isolada, longe dos membros da sua família e especialmente dos dois irmãos que ela tinha na cidade.

Aí [um dia] meu irmão chegou lá e falou comigo assim: “O, comadre Neuza, o povo tá invadindo o eucalipto...” [...] Agente chamava ele de Preto. Eu falei: “Para quê, compadre Preto?”... “Para morar”. Aí eu falei: “Vai morar debaixo de baixo dos pés de eucalipto?...” Ele falou: “Não. Tá invadindo. Se dono do eucalipto ceder, vai ficar lá. Se ele não ceder, vamos ver o que vai acontecer né?” E ele falou: “Eu vou”. [...] “Vamos porquê, vai dar certo”. Aí eu animei.⁶

Dona Neusa teria decidido ir participar da invasão com dois de seus filhos, deixando para trás o marido e os outros filhos em casa :

Meu marido tinha medo, eu que enfrentei tudo [...] Aí eu pedi para Nossa Senhora da Aparecida: “O, minha mãe, se for para minha felicidade, felicidade dos meus filho [...] me ajuda [...] vai na minha frente e conceda para mim. Me da a sua bença...” Aí foi como se ela falasse assim: “Vai, seu pedaço tá lá”.⁷

A paisagem urbana descrita no discurso da Neusa é intimamente associada, e mesmo indissociável, de sua própria experiência de vida. As suas escolhas de vida no meio urbano são também impregnadas das diversas experiências espaciais que ela vivenciou anteriormente, tanto a vida em Curvelo – onde ela vivia mais próxima da família e, nas suas palavras “conhecia todo mundo” - quanto a sua primeira experiência de vida na cidade, que se caracteriza pela total precariedade habitacional vivendo nas olarias e por um vazio afetivo. Nas suas próprias palavras, a cidade, então, teria sido para ela “o fim do mundo, o maior deserto”⁸.

O seu discurso sobre o espaço urbano nos permite ver uma paisagem complexa, múltipla, onde convivem diferentes dimensões espaciais – e temporais – entre as experiências dos espaços passados e o desejo de um lugar melhor onde morar e criar seus filhos. Diante das palavras da Dona Neusa, a esquematização simplificadora do discurso dos agentes do DOPS sobre os “vagabundos” manipulados por “agitadores”, se desmancha diante de uma outra realidade, bem mais complexa.

Segundo as palavras da Dona Neusa, ela teria chegado a participar da invasão do terreno após ter sido chamada pelo seu irmão, que tinha ele mesmo sido avisado e incentivado a participar pelo pai de sua namorada. Mais adiante, no depoimento da Dona Neusa, ela relata que este personagem, que ela chama de “sogro” do seu irmão, seria o funcionário que, oficialmente, tomava conta da plantação do eucalipto para o proprietário do terreno, Antônio Luciano. Segundo o depoimento da Dona Neusa, o chamado “sogro”, graças ao acesso e o conhecimento privilegiado do terreno que lhe conferiria seu trabalho, teria levado muita gente a participar da ocupação do terreno e teria tido um papel importante na realização da mesma⁹. Se acreditarmos no relato da Dona Neusa, diferentemente do que afirma o discurso do DOPS, podemos concluir que as escolhas dos atores envolvidos são frutos de situações específicas e escolhas próprias, influenciadas ou permitidas por uma complexa rede de parentesco e de relações nas quais eles se inserem.

Além de tentar compreender a complexa relação dos atores entre si e destes com o espaço, esta relação íntima do sujeito e de sua memória com a cidade envolve ainda uma outra dimensão: as temporalidades distintas que permeiam o espaço urbano e nas quais evoluíam seus moradores, caminho já apontado pelas reflexões de Anne Cauquelin (CAUQUELIN, 1982:10).

Enquanto que o discurso policial apresenta uma temporalidade linear e simplificada para expor os fatos que resultam na criação da Vila 31 de Março, podemos perceber nos

discursos das entrevistadas, e especialmente da Dona Neusa, uma temporalidade complexa, dividida entre as incertezas e dificuldades do dia-a-dia e a esperança num futuro melhor, sustentada pela crença no tempo eterno da fé e nas rezas à Nossa Senhora de Aparecida.

Além de expressar duas espacialidades diferentes, os dois discursos também ilustram temporalidades do urbano distintas. Enquanto um certo discurso oficial sobre o urbano busca criar, como dizia De Certeau, um “não-tempo”, é negada a pluralidade de outras temporalidades que existem no espaço urbano. Essa negação ou, poderíamos dizer, este apagamento das temporalidades *oblíquas*, se concretiza historicamente quando a gestão profissional do urbano decide remover uma comunidade, ou parte dela, para construção de uma via de trânsito rápido. Assim, partes dos locais que povoam a memória da Dona Neusa foram aniquiladas pela ampliação da BR 381, também chamada de anel rodoviário, que dividiu a Vila em duas comunidades distintas, hoje interligadas por uma estreita passarela¹⁰. Se Cauquelin afirma que o urbanismo é uma tentativa de controlar e manusear o tempo urbano (CAUQUELIN, 1982:11), poderíamos dizer que este processo se opera sacrificando certas *temporalidades* em detrimento de outras. Podemos concluir que as experiências e lembranças íntimas do viver urbano, que compõem as memórias *oblíquas* dos moradores, são permanentemente sujeitas à destruição e ao esquecimento diante dos efeitos do que Éder Sader chama de “voragem do progresso”, “experiência de viver numa metrópole num crescimento vertiginoso que, para realizar-se, [tem] de destruir e refazer constantemente seu ambiente construído” (SADER, 1991:67).

Mais uma vez perspectiva a *oblíqua* sobre a cidade, é sem dúvida múltipla e diversa, mesmo que escolhemos aqui exemplificá-la através de uma das suas possibilidades. Acreditamos que o trabalho do historiador a partir dessas outras memórias do urbano possam ser um dos caminhos a ser trilhados para acessar a uma história que o historiador Antoine Prost julgava, 15 anos atrás, tanto urgente como prometedora : a história dos *imaginários urbanos* (PROST, 1999:125).

Conclusão

Podemos concluir que o discurso *plano* e o discurso *oblíquo* traduzem dois níveis de escritas diferente do urbano, que convivem no mesmo espaço, numa situação conflitiva e contraditória. Estas duas perspectivas se cruzam incessantemente nas malhas de uma rede urbana que ambas contribuem para desenhar e escrever, em duas escalas diferentes, a partir de linguagens distintas.

No entanto, apesar da superioridade da técnica e da força, o discurso planejador e profissional sobre o urbano, por mais que ele tente alisar e unificar o tempo-espaço urbano segundo sua lógica organizadora, parece sempre ser derrotado em tentar alcançar seu ideal panóptico e totalizador. Como diz De Certeau : “A vida urbana deixa cada vez mais aparecer na sua superfície tudo o que o projeto urbanístico pretendia excluir” (DE CERTEAU, 1990:144).

A cidade de Belo Horizonte é ela mesma testemunha viva e concreta disto pois desde sua criação foi sendo construída, reconstruída e transformada por partes anônimas de seus moradores e moradoras. Ocupar terras, construir casas que vão formar Vilas e Favelas, muitas vezes em mutirões, se organizar em movimentos de bairros para impedir uma remoção ou conseguir um reassentamento, são diversos gestos e práticas que deixaram marcas, modelaram e continuam modelando a cidade tal como ela é hoje.

Se o David Harvey considera que “o direito à cidade não é simplesmente um direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de fazer da cidade algo de radicalmente diferente” (HARVEY, 2009), podemos dizer que a cidade de Belo Horizonte – o que obviamente poderia se aplicar a muitas outras metrópoles – sem esta outra escrita *oblíqua*, seria justamente “radicalmente diferente”.

Nos parece justamente que para aquele que busca entender os conflitos sociais urbanos envolvendo o direito à cidade, se torna essencial essa consideração e essa busca da perspectiva *oblíqua* não somente para evitar de reproduzir o discurso *plano* do poder mas também para entender de uma forma mais profunda a participação dos atores tradicionalmente silenciados dentro da história urbana. Resgatar e decifrar esta outra memória do urbano nos parece essencial para uma compreensão mais profunda da história dos embates sociais e das mobilizações pelo direito à cidade que participaram em modelar as metrópoles nas quais vivemos hoje.

Se em nossa introdução chegamos a nos perguntar como seria possível um trabalho de pesquisa baseado na *memória urbana*, objeto abstrato, imaterial, a história da cidade estudada nos parece fornecer a resposta. O fato de diversos bairros e vilas, que hoje compõem a forma atual da metrópole, ter sido fruto de conflitos e conquistas envolvendo – como vimos dentro do nosso exemplo – o imaginário afetivo, os desejos e as esperanças de moradores e moradoras faz desses diversos fragmentos de cidade uma concretização, na estrutura urbana, da memória de parte de seus moradores. Desta forma, podemos dizer que as temporalidades e

suas memórias são constitutivas do espaço em si, tão concretas como as paredes dos seus edifícios.

Essa perspectiva pode ser resumida pelas palavras que Nícias dizia aos soldados atenienses, nas praias de Siracusa, lembradas por Joseph Rykwert: “Vós mesmos sois a cidade, onde que decidis assentar-vos (...) são os homens, não os muros e os navios, que formam a cidade” (RYKWERT, 2006:XLII).

Bibliografia

CAMPOS, A. *Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 208 p.

CAUQUELIN, A. *Essai de philosophie urbaine*, Paris: P.U.F, 1982, 200 p.

CAUQUELIN, A. “Anne CAUQUELIN, Octobre 1999”. Entrevista realizada por Thierry Pacquot em outubro de 1999. Disponível em: http://urbanisme.u-pec.fr/servlet/com.univ.collaboratif.utils.LectureFichiergwID_FICHIER=1259768720186&ID_FICHE=38696. Consultado em: 25/10/2015.

CHARTIER, R. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DE CERTEAU, M. *L'invention du quotidien, Tome 1 : Artes de faire*, Paris : Folio Essais, 1990, 347 p.

FRANK, R. “La mémoire et l'histoire”. In: *Cahier de l'IHTP n°21 : La bouche de la Vérité ? La recherche historique et les sources orales*. Novembre 1992.

FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971, 81 p.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir, la naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975, 319 p.

FOUCAULT, M. *Philosophie, anthologie*. Paris: Folio Essais, 2004, 940 p.

GIARD, L. (Org.) *Michel Foucault, lire l'oeuvre*, Paris: Jérôme Millon, 2012, 240 p.

GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1989, 244 p.

GUIMARÃES, B. M. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) 1991. 323 f., Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HARVEY, David. *Discours d'ouverture Réforme Urbaine - Forum Social Mondial de Belém*, 29 janvier 2009. Laboratoire d'Urbanisme Insurrectionnel. Disponível em: www.laboratoireurbanismeinsurrectionnel.blogspot.com. Consultado em 01/07/2015.

LANGUE, F. “L’histoire des sensibilités et l’Amérique latine : une autre manière d’écrire l’histoire au Venezuela et ailleurs”. In: *Caravelle*, n°86, 2006. L’Amérique latine et l’histoire des sensibilités. pp. 13-30.

MAGNAGHI, A. *La biorégion urbaine, petit traité sur le territoire bien commun*, Paris: Eterotopia, 2014.

PASSOS, D. O. R. “A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova capital mineira” In: *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 1, n.o 2, ago./dez. 2009. pp. 38-52.

OLIVEIRA, L. L. (Org.), *Cidade: história e desafios*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002, 295 p.

OLIVEIRA, S. S. R. de. *O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)*, Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

OLIVEIRA, S. S. R. de. “Trabalhadores Favelados”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte / Samuel Silva Rodrigues de Oliveira”. Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, CPDOC – FVG. 2014. 331 f.

PROST, A. “Une histoire urgente : le temps présent des villes” In: *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*. N°64, octobre-décembre 1999. pp. 121-126, Paris.

RYKWERT, J. *A ideia de cidade*, São Paulo: Perspectiva. 2006.

SADER, E. *Quandos novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991. 329 p.

SILVA, R. H. A.; FONSECA, C. G. ; FRANCO, J. O. R. F. ; MARRA, P. S.; GONZAGA, M. M. “Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço”. In: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, E-Compós, Brasília, v.11, n°1, jan/abr. 2008.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.¹¹

NOTAS

¹ Decreto n.803 de 11 de janeiro de 1895. Minas Gerais, Ouro Preto, 1895, p.84. Apud BARRETO, Abílio. Memória histórica e descritiva (história antiga e história média) . p.232.

² [Favelas]. Arquivo Público Mineiro. Fundo DOPS. Pasta 3932. p.10

³ *Ibidem*

⁴ *Ibidem* p.14

⁵ Entrevista realizada com Sra. Neuzolina Antonia da Silva em 25/09/2015.

⁶ *Ibidem*

⁷ *Ibidem*

⁸ *Ibidem*

⁹ *Ibidem*

¹⁰ *Ibidem*